

ATLETAS FISICAMENTE MODIFICADOS: A BUSCA DE RESULTADOS NOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS

Leonardo Mataruna¹

Resumo:

Depois dos Jogos Olímpicos (JO) de 2008 muitas questões apareceram e afligem pesquisadores do mundo todo a respeito dos limites humanos em relação à performance desportiva. No momento em que fervorosas discussões sobre atletas geneticamente modificados se iniciaram o Comitê Olímpico Internacional desfocou a problemática julgando a liberação de pessoas com deficiência participarem dos JO. A idéia sobre a possibilidade de se fabricar um atleta fisicamente modificados (PMA) para os Jogos Paraolímpicos começa a migrar para os JO e pode ser um perigo ou solução para o esporte contemporâneo nas relações de risco social, direitos humanos e valores morais.

Palavras-Chave: *Atletas Fisicamente Modificados, Doping e Problemas Sociais*

Introdução

No ano em que o Comitê Olímpico Internacional (IOC) mais discutiu se as pessoas com deficiência poderiam competir ou não nos Jogos Olímpicos (JO), filósofos e sociólogos do esporte questionaram através de artigos o porquê de não permitir o acesso as estes atletas (McNAMEE, 2008). Mataruna (2007) mostrou que pessoas com deficiência participam desde 1904, quando nos III *Jogos Olímpicos* realizados na cidade de Saint Louis, no estado do Missouri, nos Estados Unidos, o atleta americano conquistou George Eyser tornou-se medalhista de ouro em ginástica competindo com uma perna de madeira (LONGMAN, 2007). O problema de não permitir que Oscar Leonard Pistorius, desportista paraolímpico da África do Sul, competisse nos JO mesmo que tivesse o índice para ir a Beijing no atletismo gerou a polêmica, por serem entendidas as próteses como um artifício mecânico que concede vantagem, sendo algo contrário a regra, pois, “teoricamente, lhe permitem vantagens biomecânicas” (GAILEY, 2007; IAAF, 2008). Em contraponto, está sendo negado a possibilidade de uma PESSOA (grifo nosso) de competir nos JO contrapondo os princípios da carta olímpica. O fato é que o presente contradiz o passado e o pior, que uma discussão infundada cientificamente foi gerada abafando uma segunda polêmica que seria o doping genético. O mérito dessa discussão não é fruto do nosso estudo, mas em cunho de fortalecer a defesa do IOC a medida preventiva da negação ao direito de participação ao atleta foi vedada e em seguida revogada, garantindo ao competidor uma última chance de conseguir o índice que por ventura da desaceleração do treinamento não foi alcançada. Talvez essa tenha sido uma estratégia do ato de “morder e assoprar”, à medida que se barra um atleta e depois que todas as alterações psicológicas, fisiológicas e nutricionais foram desenvolvidas, que implicam diretamente na performance, lhe concede novamente o direito da participação.

O fato é que outros atletas com deficiência estavam também classificados: na maratona aquática, uma compatriota de Pistorius, Natalie du Toit, e uma polonesa no

¹ Pesquisador do Laboratório de Atividade Motora Adaptada da GEPEAMA-FEF-UNICAMP.
mataruna@gmail.com

tênis de mesa, Natalia Partyka. Melhorando a cada dia mais os índices, marcas e objetivos, os atletas paraolímpicos se aproximam do universo dos JO. Vale destacar que estas atletas foram as primeiras na história a participar nos JO e Jogos Paraolímpicos (JP) (LOCOG, 2008). Parte disso se deve a evolução tecnológica que permite melhor aparelhamento dos atletas; aos avanços médicos que oportunizam novos meios terapêuticos para as patologias (principalmente as sensoriais); e, sobretudo, na evolução das teorias e práticas de treinamento esportivo, no qual muitos migram do movimento olímpico para o adaptado em função de que os vencimentos na atualidade são convidativos.

Algumas transformações no universo paraolímpico estão acontecendo em detrimento da intenção do Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) buscar um modelo de perfeição esportiva que se baseia no progresso e semelhança aos JO (HOWE, 2008, p.120). Acredita-se que não exista nenhum problema *a priori* para essa evolução, mas com a entrada do marketing de altíssima escala, alguns valores provenientes das idéias de Guttmann (GUTTMANN, 1977) que se basearam em Pierre de Coubertin em relação à Carta Olímpica devem se perder neste processo, pois o foco da participação se destinará a vertente da vitória a qualquer preço, custe o que custar (MATARUNA, 2006).

O maior problema é quando atletas sem deficiência ou pessoas que nunca praticaram esporte demonstram algum tipo de desejo em participar dos JP. Isto pode ocorrer por se imaginar ser hipoteticamente mais fácil ganhar uma medalha neste evento e alcançar a glória, fama, comendas, entre outros *status* que se somam a uma possibilidade de remuneração pela conquista e que permitam uma vida melhor, sem dificuldades econômicas. A identidade existente hoje no Brasil entre JP e JO, e isso é uma particularidade do país em relação à supervalorização do produto esportivo das pessoas com deficiência, permite uma melhor aceitação da pessoa com deficiência na sociedade, porém, em contrapartida, abre precedentes para que pessoas sem deficiências queiram se tornar elegíveis para competições paraolímpicas, ou seja, a chegada ao universo esportivo dos atletas fisicamente modificados (PMA).

Partindo de fatos:

Desde os JO de Atenas o IOC permite a participação de atletas transexuais (IOC,2004). Os esportistas que se submeteram à cirurgia de mudança de sexo e estão em tratamento hormonal há pelo menos dois anos puderam competir e este não é um caso novo já que se discute o tema há vários anos. Um dos casos mais famosos envolvendo a questão da participação profissional de transexuais é sobre a tenista trans para mulher Renee Richards (Richard Raskin), que conseguiu participar de competições na década de 1970 (RENEE, 1983). Será que não seria o momento de permitir que pessoas com deficiência participassem dos JO também independente dos recursos protéticos? Ou este tipo de permissão, como supõe Dvorsky (2007) do Institute for Ethics and Emerging Technologies (Instituto de Ética e Tecnologias Emergentes) levarão atletas a fazer “algo tão radical quanto substituir seus membros naturais saudáveis por membros artificiais?” Dvorsky pergunta "Seria automutilação se você recebesse um membro melhor?" e indago, seria doping este tipo de pensamento? E os princípios morais pesam para que lado nesta hora?

No caso Pistorius a IAAF (2008) alegou através de seus representantes que existia a preocupação quanto à possibilidade do atleta bi-amputado de membros

inferiores cair, obstruindo outro corredor ou ferindo a si mesmo e a outro competidor. Em contrapartida surgiram os primeiros rumores de que a “ausência de limitações para o uso de apoios tecnológicos faria com que corredores não deficientes comesçassem a usar chapas de fibra de carbono ou outros dispositivos flexíveis não adequados dentro dos sapatos” (LONGMAN, 2007). O debate sobre "transhumanos" e "cyborgs", que Mataruna (2006) nomeou como os PMA foi reaberto pensando apenas na possibilidade dos JO.

Sabe-se que os atletas já modificam o corpo das mais variadas maneiras, como por exemplo, os rebatedores do baseball que se submetem à cirurgia a laser dos olhos para melhorar a visão e os arremessadores que se submetem à reconstrução do cotovelo usando ligamentos de outras partes do corpo (LONGMAN, 2007). Entretanto para os JP ainda não se tem um caso concreto, mas o presente artigo tratará de fazer uma análise hipotética do problema.

Metodologia:

Para este estudo foi utilizado o método Estruturalista desenvolvido por Lévi-Strauss proposto por Lakatos e Marconi (1996). O método parte da investigação de um fenômeno concreto, elevando-se a seguir ao nível do abstrato, por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo retornando por fim ao concreto, dessa vez como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social. Este método não analisa os elementos em si, mas as relações que entre eles ocorrem, pois somente estas são constantes, ao passo que os elementos podem variar; dessa forma, não existem fatos isolados passíveis de conhecimento, pois a verdadeira significação resulta da relação entre eles (Demo, 1995).

Discussão:

De acordo com Mataruna (2005) “a paraolimpíada e seus atletas encontram-se em envelhecimento (...), e se nenhum plano de renovação for traçado os jogos podem acabar” ou se transformar em uma espécie de Jogos dos Anciãos Paraolímpicos. Este fato ocorre porque muitos atletas que competiram nas edições de Seul (1988) e Nova Iorque/Stoke Mandeville(1984)² continuam competindo, estiveram em Atenas (2004) e, estiveram em pequena quantidade nos PG de Beijing (2008), o que representa uma média de 20 anos de vida competitiva no alto rendimento, motivo de desgaste da saúde do atleta. Este fato bem usual e comum no universo paraolímpico dificilmente ocorre no esporte olímpico, apenas com algumas exceções, mas nunca com uma parcela representativa.

² Os JP de 1984 foram disputados em duas cidades, uma parte nos EUA e outra parte na Inglaterra. Anterior a edição de Seul os jogos aconteciam na maioria das vezes no mesmo país dos JO, mas em cidades diferentes e com estruturas diversas. A partir de 1998 (Seul) passaram a ocorrer nas mesmas cidades ambos os eventos e utilizando as estruturas de competição, treinamento e a vila olímpica em comum. Mas apenas depois dos Jogos de Sidney, em 19 de junho de 2001, ficou acordado entre o IOC e o IPC, que os Comitês Organizadores dos jogos deveria ser único para Olimpíadas e Paraolimpíadas, reduzindo deste modo às diferenças, aumentando a identidade, competitividade e lucratividade.

Um exercício de imaginação nos permite pensar que se tivéssemos os mesmos competidores desde o início dos jogos, a paraolimpíada rumaria para a sua extinção. Este motivo evidencia a necessidade de uma renovação esportiva prudente na qual os atletas tenham suas potencialidades explícitas, mas sem eximir sua limitação física, pré-requisito que lhes enquadra neste segmento competitivo. Anteriormente as Associações esportivas e comitês paraolímpicos nacionais visualizam primeiramente as pessoas com deficiência numa identificação de talentos buscando-os nas escolas especiais. Contudo nos dias atuais, alguns clubes, responsáveis pela etapa inicial deste processo, caçam o atleta com melhor performance esportiva para depois buscar por alguma característica que lhe enquadre na condição de paraolímpico.

Atualmente tem sido uma prática constante, desde o ano 2000 no que temos conhecimento, buscar atletas provenientes do “esporte convencional” que possam apresentar alguma deficiência. Em geral, estas pessoas sempre treinaram sem distinção e competem sem nenhuma adaptação, motivo pelo qual certas dificuldades foram transformadas em superação das suas próprias limitações. Diferente do que se fazia anteriormente, nos dias de hoje o atleta paraolímpico começa a treinar seguindo os mesmos modelos utilizados para os esportes olímpicos na maioria das modalidades que se assemelham em ambos os jogos. Dependendo do esporte, treina com indivíduos sem deficiência, o que gera a troca de experiências e a melhoria das relações interpessoais na sociedade. Algumas estratégias atuais utilizadas para selecionar os talentos paraolímpicos abrem precedentes cujas abordagens, que serão expostas neste estudo, podem quebrar determinados parâmetros éticos, remetendo a história do Frankstein, que Miah (2004) cita em comparação aos Atletas Geneticamente Modificados (GMA).

A elegibilidade do atleta paraolímpico, obtida através dos exames médicos e funcionais, diferentemente dos GMA, não é considerada doping, quando um atleta não-deficiente é encontrado praticando o esporte adaptado. Entretanto simboliza a eliminação temporária do atleta, até que uma nova classificação internacional possa ser realizada, o que ainda lhe permite um retorno às atividades esportivas. Este talvez seja o motivo pelo qual esta informação não é considerada doping pela Agência Mundial Antidoping (WADA), uma vez que naquele determinado momento o sujeito não está deficiente, mas pode passar a ser no futuro. Alguns atletas regulares iniciam uma trajetória suspeita quando eliminados pelos sistemas de classificação, retornam depois de um longo tempo às competições, gerando uma suspeita da sua elegibilidade esportiva no paraolimpismo. A caça desenfreada por talentos aumentou significativamente, e conseqüentemente, a busca por classificações e re-classificações que determinam a elegibilidade e inelegibilidade dos atletas para a competição. Suspeita-se que com a chegada dos PMA o pedido por classificações deve duplicar. Uma estratégia de preservação dos jogos em relação ao fair-play, é que uma filtragem em relação aos PMA, deva ser realizada primariamente em suas nações. A referida avaliação deve estar instrumentada de maneira rígida pelos Comitês Paraolímpicos Nacionais (CPN), respeitando os sistemas de classificação internacional, sem romper os preceitos éticos da elegibilidade esportiva e do compromisso profissional dos avaliadores.

O grande problema é que os países precisam de resultados imediatos mediante as cobranças dos seus patrocinadores, governos e principalmente por parte da mídia. Formar um atleta requer um mínimo de tempo, investimento e planejamento adequado em longo prazo. Na expectativa de resultados imediatos atletas com deficiências antes nem observados ou nem levadas em consideração, e que sempre estiveram no esporte com pessoas não-deficientes, passaram a ser recrutadas para ocupar imediatamente os

postos vagos, visto que já estão prontos para performance e representam sucesso lógico quando inseridos com deficientes, com maior comprometimento motor, em uma competição. O risco é que nesta busca desenfreada por novos atletas sem deficiências aparentes pode ocorrer a quebra dos regulamentos e principalmente do Jogo Limpo, quando pessoas inelegíveis competem com outras elegíveis levando vantagens desonestas. Alguns técnicos esportivos suspeitam que isto já venha acontecendo para trazer maior prestígio ao país na figura do seu Comitê Nacional, ao treinador, ao atleta, mas incondicionalmente, aos seus financiadores – os patrocinadores.

Considerações Finais:

Ações que gerem um resultado a qualquer custo, para melhor exposição em mídia podem acelerar os desgastes dos atuais atletas paraolímpicos e fortalecer a chegada dos PMA, pois os resultados em forma de medalha, entenda-se por retorno financeiro, deve aumentar o nível de competitividade nos jogos. A mídia também tem o seu lado positivo em poder apresentar à sociedade contemporânea a potencialidade das pessoas com deficiência, mudando o olhar sobre as limitações e impedimentos físicos, em troca da re-inserção social através do esporte daqueles que sempre estiveram à margem, mas se fizeram em nichos sociais urbanos e rurais. O entendimento de como o esporte paraolímpico se organiza, da mesma maneira como seguem suas classes e categorias, e fundamentalmente que os jogos tem seu lado esportivo cujo respeito à diversidade humana é cultivado sem abandonar a superação própria e alheia, são mensagens que a imprensa tem difundindo aos poucos por seus meios de comunicação, mas ainda de maneira insipiente.

Pode-se pensar que a partir do momento em que atletas que utilizam próteses passem a competir nos JO, a entrada de PMA também está garantida uma vez que inúmeros atletas relatam há muitos anos que são capazes de fazer qualquer sacrifício por uma medalha Olímpica. No momento sabemos que nem Pistorius, nem outro atleta com deficiência, conseguiriam vencer nos dias atuais os atletas olímpicos sem deficiência, mas em um futuro bem próximo o homem com deficiência poderá ser mais eficiente que os “ditos normais” em funções de adventos biotecnológicos que proporcionem melhor performance adaptada em um universo esportivo sem adaptações. A grande inquietação que fica é, será que já não temos transhumanismo nos JO ou até mesmo PMA e GMA? É bem provável que a entrada deste novo perfil de atleta se dará nos JP pelas condições sócio-econômicas como aponta Mataruna (2006), mas seguramente a performance em pouco tempo sobrepujará todos os princípios éticos e legais para que a vitória surja.

Referências:

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DVORSKY, George. **Is the world ready for cyborg athletes?** Journal of Evolution and Technology. Connecticut: Institute for Ethics and Emerging Technologies, 25 de abril de 2007.

GAYLEY, Robert. **An amputee advantage.** Disponível em: http://www.nytimes.com/ref/sports/20070514_RUNNER_GRAPHIC.html. Publicado em: 15 de maio de 2007. University of Miami. New York Times. Acesso em 16 de maio de 2007.

GUTTMANN, Ludwig. Importancia del deporte para los minusválidos graves. **Revista Olímpica**, n.111. Lausanne: IOC, janeiro de 1977, p. 16-45.

HOWE, David. **The cultural politics of the Paralympic movement: through an anthropological lens.** Oxon: Routledge, 2008.

IAAF – International Association of Athletics Federations. Oscar Pistorius - **Independent Scientific study concludes that cheetah prosthetics offer clear mechanical advantages.** Disponível em: <http://www.iaaf.org/news/Kind=512/newsId=42896.html>. Publicado em 14 de janeiro de 2008. Acesso em: 06 de Junho de 2008.

IOC. **International Olympic Committee News.** Disponível: www.olympic.org. Acesso em: maio/2005. Lausanne: IOC, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamento de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1996. p.111.

LOCOG - The London Organising Committee of the Olympic Games and Paralympic Games. **Natalia: Paralympic and Olympic athlete.** Official website of the 2012 London Olympics, June 18, 2008. Disponível em: <http://www.london2012.com/blog/2008/06/18/natalia-paralympic-and-olympic-athlete.php>. Acesso em: 10 agosto de 2008.

LONGMAN, Jeré. **An Amputee Sprinter: Is He Disabled or Too-Abled?** Disponível em: http://www.nytimes.com/2007/05/15/sports/othersports/15runner.html?pagewanted=1&_r=1. Publicado em: 15 de maio de 2007. New York Times. Acesso em 15 de maio de 2007.

MATARUNA, Leonardo. **Physical Modified Athletes: a new challenge for the future of the Paralympic Games.** XIV Intern. Session of Olympic Studies for Postgraduate. Olympia: IOA, 2006.

MATARUNA, Leonardo. **Esporte paraolímpico x atividade motora adaptada: exclusão x inclusão.** In: XXVI Simpósio Nacional de Educação Física, 2007, Pelotas - RS. Anais do XXVI Simpósio Nacional de Educação Física. Pelotas : UFPEL, 2007.

McNAMEE, Mike. **For and against WADA: contemporary issues in the ethics of anti-doping.** Symposium. Sábado 03 de agosto de 2008. International Convention on Science, Education and Medicine in Sport [Anais...]. Guangzhou: ICSEMIS, 2008.

MIAH, Andy. **Genetically modified athletes: biomedical ethics, gene doping and sport.** Great Britain: Routledge, 2004



1º ENCONTRO DA ALESDE
“Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas”
UFPR - Curitiba - Paraná - Brasil
30, 31/10 e 01/11/2008

RICHARDS, Renée (Richard Raskind). **Second Serve: The Renée Richard Story.**
New York: Stein and Day, 1983.